



**CONCEITO, FONTES
E PRINCÍPIOS**

**LEI ESQUEMATIZADA
DE
DIREITO PENAL**

A Lei Seca esquematizada é composta por quadros esquematizados, resumos, dicas e mnemônicos.

NOTA AO E-BOOK

Fala, pessoal! Tudo tranquilo?

Esse é o nosso e-book de Lei Seca Esquematizada de Direito Penal!

Em relação as Leis Esquematizadas, cabe destacar que grande parte delas vêm com quadros **esquematizados, resumos, jurisprudência e pontos doutrinários** importantíssimos.

Além disso, Todos os materiais estão totalmente atualizados com pacote anticrime e suas alterações que ocorreram no **ano de 2021!** As atualizações vão ocorrer na plataforma com **qualquer mudança na legislação**, então fique ligado!

Enfim! Tenho certeza de que esse e-book será essencial para sua aprovação!

Conceito, Fontes e Princípios

Direito Penal - Conceito
- É o ramo do Direito Público que procura proteger os bens jurídicos mais importantes da sociedade , criando leis para aplicar penalidades em relação a condutas consideradas criminosas ;
- Conforme CAPEZ¹ : O Direito Penal é o seguimento do ordenamento jurídico que detém a função de selecionar os comportamentos humanos mais graves e perniciosos à coletividade , capazes de colocar em risco valores fundamentais para o convívio social , e descrevê-los como infrações penais , cominando-lhes, em consequência, as respectivas sanções , além de estabelecer todas as regras complementares e gerais necessárias à sua correta e justa aplicação .
Conforme SANCHES² , o Direito Penal possui uma: * Missão Imediata : Proteger bens jurídicos considerados fundamentais ao indivíduo para uma convivência em coletividade. (Teoria Teleológica – Roxin). * Missão Mediata : Limitar o poder de punir do Estado e manter o controle social .
"O Código Penal é a Magna Carta do Delinquente " (Franz Von Liszt). Ou seja, serve como instrumento de garantia para o criminoso.
Fonte¹ : CAPEZ. Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 12ª ed. Vol. 1SP: Saraiva, 2008, p. 01. Fonte² : SANCHES, Rogério. Direito Penal - Módulo 1- Cers, 2014.

Fontes do Direito Penal
- O direito penal possui duas fontes : * Materiais ou substanciais ou de produção ; * Formais ou cognitivas ou de conhecimento .
Materiais ou Substanciais ou de Produção
Consiste nos órgãos e entidades responsáveis pela criação das normas penais . No Brasil, apenas a União pode criar normas de Direito Penal . - CF/88, Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal , processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
Formais ou Cognitivas ou de Conhecimento
É a exteriorização do direito penal , ou seja, é maneira que o Direito Penal se apresenta juridicamente . - As Fontes Formais podem ser: * Imediatas ; * Mediatas ou secundárias .
Imediatas
O Direito Penal é apresentado de forma direta . No Brasil a Lei ordinária , em sentido estrito , é a única fonte formal imediata . A criação de crimes e a cominação de penas não podem ser realizadas pela CF . A única possibilidade de criação das normas penais é através da lei , em sentido estrito. OBS : Existe a possibilidade dos tratados e convenções internacionais serem fontes imediatas do direito penal, tendo eficácia erga omnes .
Mediatas ou secundárias
Trata-se dos costumes, princípios gerais e atos administrativos .

Analogia
- Analogia é uma forma de autointegração da norma penal para suprir as lacunas porventura existentes.
- É possível sua aplicação apenas in bonam partem (A favor do réu) no direito penal.
- Não é considerada uma fonte do direito penal e sim uma forma de integração .
- É uma modalidade legal , mas não jurídica.
- Não se confunde com a Interpretação Extensiva.

Interpretação Extensiva x Interpretação Analógica x Analogia		
Interpretação Extensiva	Interpretação Analógica	Analogia
Forma de interpretação.	Forma de interpretação.	Forma de integração da norma penal para suprir lacunas.
Há lei penal para o caso concreto.	Há lei penal para o caso concreto.	Não há lei penal para o caso concreto.
Tem a finalidade de estender o sentido e o alcance da norma até que se atinja sua real acepção.	Recurso que permite a ampliação do conteúdo da lei penal, através da indicação de fórmula genérica pelo legislador.	Aplica-se um dispositivo que disciplina hipótese semelhante a um fato não regulado expressamente pela norma jurídica.
In bonam ou in malam partem. Ex: CP. Art. 150.	In bonam ou in malam partem. Ex: CP. Art. 121, § 2º	Aplicável apenas in bonam partem. Ex: CP. Art. 181. I.

Princípio da Legalidade

- O **princípio da legalidade** compreende a **obediência às formas** e aos **procedimentos** exigidos na **criação da lei penal** e, principalmente, na elaboração de seu **conteúdo normativo**.
- Conforme **GRECO**¹, o Princípio da **Legalidade** tem como funções proibir:
 - * **Retroatividade** da lei penal;
 - * A criação de crimes e penas pelos **costumes**;
 - * O **emprego de analogia** para criar crimes, fundamentar ou agravar penas;
 - * Incriminações **vagas e indeterminadas**.
- O **Princípio da Legalidade** não se confunde com:
 - * **Imputabilidade**: A **capacidade mental** de entendimento do **caráter ilícito** do fato no momento da ação ou da omissão, bem como de **ciência desse entendimento**.
 - * **Culpabilidade**: O **juízo de censura (responsabilidade)** que incide sobre a **formação e a exteriorização da vontade** do responsável por um fato **típico e ilícito**, com o propósito de aferir a **necessidade de imposição de pena**.
 - * **Antijuridicidade ou ilicitude**: a **oposição entre o ordenamento jurídico vigente** e um **fato típico** praticado por alguém capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.
 - * **Tipicidade**: a conformidade da **conduta reprovável do agente** ao **modelo descrito na lei** penal vigente no momento da ação ou da omissão.

Anterioridade da Lei

- CP/40, Art. 1º - **Não há crime sem lei anterior** que o defina. **Não há pena sem prévia cominação legal**.
- CF/88, Art. 5º, XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;
- Em razão do **princípio da legalidade penal**, a tipificação de conduta como **crime** deve ser feita por meio de **lei** em:
 - * Sentido **material**;
 - * Sentido **formal**.

Sentido material

É o **conteúdo**, a ocorrência **real** da lesão jurídica, no caso **concreto**, estabelecido em **lei**.

Sentido formal

É a **descrição**, anotação ou **tipificação** do crime no ordenamento jurídico.

- O Princípio da Legalidade se divide em:
 - * **Princípio da Reserva Legal**;
 - * **Princípio da Anterioridade da Lei Penal**;

Princípio da Reserva Legal

- **Apenas a lei em sentido estrito** pode definir **crime** e estabelecer **penas**. As leis **não podem ser vagas**, pois este princípio tem a finalidade de **proteger a segurança jurídica das pessoas**.
- É possível **medida provisória** tratar sobre matéria de direito penal?
 - * **1º Corrente**: Não, pois a **CF/88 veda**.
 - * **2º Corrente**: O **STF** entende que **pode**, no caso de **matéria favorável ao réu**. (Prevalece essa corrente).

Princípio da Anterioridade da Lei Penal ou Irretroatividade

- Estabelece que a lei tenha que ter sido criada **antes de ocorrer à criminalização** para considerar a prática

da conduta. Pode ser considerado sinônimo do princípio da irretroatividade da lei penal.
- É possível a retroatividade da lei penal, quando for para beneficiar o réu .
CF/88, Art. 5º, XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu .
- No caso de Leis temporárias , a lei principal continua produzindo seus efeitos mesmo após o término da vigência das leis temporárias.
- CP/40. Art. 2º, parágrafo único, CP. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente , aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado .
Fonte! : GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2004, p. 117.

Princípio da Proporcionalidade
- As penas são aplicadas proporcionalmente a gravidade do fato .
- O Princípio estabelece dois vetores: * Não proteção deficiente do Estado ; * Proibição de Excesso por parte do Estado;

Princípio da Adequação Social
A conduta do agente por mais que seja considerada, formalmente, um crime , em sentido material, não é considerada um delito, não sendo mais objeto de reprovação social , tornando-se uma conduta aceita e adequada pela sociedade .
O princípio da adequação social não revoga tipos penais incriminadores.
- Serve de parâmetro ao legislador, que deve buscar afastar a tipificação criminal de condutas consideradas socialmente adequadas .
- O adultério é um exemplo do princípio, não sendo considerado mais crime.
- O STJ não aceita o princípio da adequação social em relação à conduta de expor à venda CD's e DVD's Piratas .

Princípio da Confiança
- Tal princípio dispõe que todos podem acreditar que as demais pessoas irão agir de acordo com as normas que disciplinam a vida em sociedade .

Princípio da Exclusiva proteção aos Bens Jurídicos
- Por esse princípio, somente o bem jurídico relevante será protegido pelo direito penal. E a mera intenção do agente não é capaz de mudar o mundo fático.

Princípio da Intervenção Mínima ou Última Ratio
- Tal princípio estabelece a limitação do Estado em relação ao poder punitivo.
- O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade .
- O Direito penal é a considerado a última maneira de resolver o problema.
- As condutas do indivíduo serão criminalizadas apenas quando existir a real necessidade de tutela aos bens jurídicos e não seja possível que esse indivíduo, com os seus atos, conviva harmônica e pacificamente em sociedade .

STF/HC 92.463/RS
A privação de liberdade e restrições de direitos do indivíduo por parte do judiciário é plenamente justificável somente quando apresentadas circunstâncias de significativa lesividade à segurança das pessoas, da sociedade e dos bens jurídicos essenciais. A norma penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor – por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.

Princípio da Fragmentariedade
- Tal princípio determina que o direito penal somente tutele uma pequena fração dos bens jurídicos protegidos , operando nas hipóteses em que se verificar lesão ou ameaça de lesão mais intensa aos bens de maior relevância .
- Todos os fatos ilícitos nem sempre serão considerados infração penal, todavia apenas aqueles que afetam bens jurídicos extremamente relevantes .

Fragmentariedade às Aversas

Condutas **anteriormente consideradas um fato típico**, perde a relevância para o direito penal descaracterizando a tipicidade da conduta **tornando-se atípico**, **sem prejuízo das demais sanções por outros ramos do direito**.

Princípio da Subsidiariedade

- O direito penal deve ser utilizado de maneira **subsidiária**, ou seja, quando **os demais direitos não conseguirem dar conta** para proteger o bem jurídico, o direito penal entra em ação por ter **instrumentos mais enérgicos**.

Princípio da Presunção de Inocência ou Presunção de Não Culpabilidade

- CF/88, Art.5, LVII - **ninguém** será considerado **culpado até o trânsito em julgado** de sentença penal condenatória;

- Enquanto não existir uma sentença criminal condenatória **irrecorrível**, **não é possível** o acusado ser considerado **culpado**.

Princípio da Alteridade ou Lesividade

- Estabelece que o fato deva afetar o **bem jurídico de terceiro** para ser considerado **materialmente crime**.

- **Não existe** um **tipo penal** para o indivíduo que ofende o **seu próprio bem jurídico** por **vontade própria**, ou seja, o direito penal **não pode ser utilizado** no caso de **autolesão** do indivíduo.

- O princípio da **lesividade** tem como principais **funções proibir incriminação de:**

* **Atitudes internas;**

* **Condutas** que **não excedam** a do próprio autor do fato;

* **Simplex estados e condições existenciais;**

* **Condutas moralmente desviadas** que **não afetem qualquer bem jurídico;**

- Em regra, os **atos preparatórios** **não são considerados crimes**, porém, o **STF** admite que a criminalização de atos preparatórios de **crimes autônomos** **viola o princípio da lesividade** ou alteridade.

Princípio da Ofensividade

- Tal princípio estabelece que o fato, além de ser formalmente **típico** (Esteja na Lei), deve **ofender significativamente** o **bem jurídico protegido** pela norma penal para ser considerado **crime**.

- Permite que o ordenamento jurídico preveja **crimes de perigo abstrato e concreto**.

- Condutas que **não afetam** o bem jurídico **não são consideradas ofensivas nem criminosas**.

Princípio da Insignificância ou da Bagatela

- Estabelece que as **condutas** que afetam os **bens jurídicos**, de maneira **ínfima**, **não são consideradas crimes**, pois **não lesionam** de fato a sociedade.

- **Não conta com reconhecimento normativo explícito** na legislação **penal**, seja **comum** ou **especial**;

- O princípio da bagatela **própria afasta a materialidade do delito**, ou seja, implica a **atipicidade material** de condutas causadoras de danos ou de perigos ínfimos.

- Princípio da Bagatela **Própria, exclui a tipicidade material**, já a **imprópria** ou princípio da irrelevância penal do fato **exclui a culpabilidade**.

- Em regra, o **princípio da insignificância** se aplica a **qualquer delito, salvo:**

* Furto qualificado;

* Moeda Falsa;

* Tráfico de drogas;

* Roubo ou qualquer crime com violência ou ameaça à pessoa;

* Crimes contra a Administração;

- **STJ/Súmula 599**: "O princípio da insignificância é **inaplicável** aos **crimes contra a administração pública**".

- O **princípio da insignificância** é, em regra, **incabível nos crimes contra a administração pública, salvo** no crime de **descaminho** com valor **até 20 mil reais**. Até R\$ 20.000,00 é considerado insignificante para o **STF e o STJ**.

- Conforme o **STF**, O princípio da insignificância pode ser **afastado** no caso de **reincidência específica** que é a **prática reiterada** de crimes da **mesma espécie**. (HC-114723) (Informativo 756 do STF)

- Requisitos **Objetivos** para aplicação do princípio da bagatela própria de acordo com o **STF**:

* **Mínima Ofensividade da Conduta;**

* **Ausência de periculosidade** social da Ação;

* **Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento;**

*** Inexpressividade da lesão jurídica.**

Conforme **GRECO**¹, O princípio da **insignificância**, defendido por **Claus Roxin**, tem por finalidade auxiliar o intérprete quando da **análise do tipo penal**, para fazer **excluir** do âmbito de incidência da lei aquelas **situações consideradas como de bagatela**.

Fonte¹: GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal / Rogério Greco. - 17. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

STF/ HC 104.787/RJ

- O princípio da insignificância é vetor interpretativo do tipo penal, **tendo por escopo restringir a qualificação de condutas que se traduzam em ínfima lesão ao bem jurídico nele (tipo penal) albergado**. Tal forma de interpretação insere se num quadro de válida medida de política criminal, visando, para além da descaracterização, ao descongestionamento da Justiça Penal, que deve ocupar-se apenas das infrações tidas por socialmente mais graves. Numa visão humanitária do Direito Penal, então, é de se prestigiar esse princípio da tolerância, que, se bem aplicado, não chega a estimular a ideia de impunidade. Ao tempo que se verificam patentes a necessidade e a utilidade do princípio da insignificância, é imprescindível que aplicação se dê de maneira criteriosa, contribuindo sempre tendo em conta a realidade brasileira, para evitar que a atuação estatal vá além dos limites do razoável na proteção do interesse público.

Princípio da Bagatela Imprópria

Estabelece que **não existe necessidade de aplicação da pena**, mesmo ocorrendo um fato típico, antijurídico e culpável.

Em determinado julgamento do **TJ-RS**, este apresentou **certos requisitos** para a aplicação da bagatela imprópria.

TJ-RS/AC Nº 70076016484

Para o reconhecimento da **bagatela imprópria**, exige-se sejam feitas considerações acerca da **culpabilidade** e da **vida pregressa** do agente, bem como se verifique a presença de requisitos **permissivos post-factum**, a exemplo da restituição da res à vítima, do ressarcimento de eventuais prejuízos a esta ocasionados e, ainda, o **reconhecimento da culpa** e a sua **colaboração com a Justiça**. Assim, **mesmo se estando diante de fato típico, ilícito e culpável, o julgador poderá deixar de aplicar a sanção** por não mais interessar ao Estado fazê-lo em detrimento de indivíduos cujas condições subjetivas sejam totalmente favoráveis.

O **STJ**, reiteradamente, **não concorda com tal princípio**, nos delitos de **violência ou grave ameaça contra mulher**, pois sendo **tipicamente formal e material o fato**, existe **crime**.

STJ/REsp 1.602.827/MS

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência reiterada de que **não incide os princípios da insignificância e da bagatela imprópria** aos crimes e às contravenções praticados mediante **violência ou grave ameaça contra mulher**, no âmbito das relações domésticas, dada a relevância penal da conduta. Logo, a reconciliação do casal **não implica no reconhecimento da atipicidade material** da conduta ou a **desnecessidade de pena** (Precedentes).

Cleber Rogério Masson¹

Em outras palavras, infração (crime ou contravenção penal) de **bagatela imprópria** é aquela que surge como **relevante para o Direito Penal**, pois apresenta **desvalor da conduta e desvalor do resultado**. O fato é **típico e ilícito**, o agente é **dotado de culpabilidade** e o Estado possui o direito de **punir** (punibilidade). Mas, após a prática do fato, a **pena revela-se incabível no caso concreto**, pois diversos fatores recomendam seu afastamento, tais como: sujeito com **personalidade ajustada ao convívio social** (primário e sem antecedentes criminais), **colaboração com a Justiça**, **reparação do dano causado à vítima**, **reduzida reprovabilidade do comportamento**, **reconhecimento da culpa**, **ônus provocado pelo fato** de ter sido processado ou preso provisoriamente etc.

Fonte¹: MASSON, Cleber. Direito Penal - Vol. 1 - Parte Geral. 8. ed. São Paulo: Método, 2014. P. 84.

Princípio da Insignificância ou Bagatela

Própria	Imprópria
Afasta a tipicidade material	Afasta a culpabilidade

Princípio da Insignificância ou Bagatela x Adequação social	Ambas apresentam causa de atipicidade material.
	Bagatela: Considera a irrelevância da lesão ao bem jurídico. Adequação Social: Considera a aceitação da conduta

pela sociedade.

Princípio In dubio pro Reo

Existindo **dúvidas** acerca da **culpa ou não do acusado**, deverá o Juiz decidir **em favor deste** devido à **falta de comprovação de culpa**.

Princípio do Ne Bis In Idem

- Uma pessoa **não pode ser punida nem processada pelo mesmo fato duas vezes**.
- No processo penal **não existe** a revisão **pro societate**.
- Ocorrendo o **trânsito em julgado**, a pessoa **não pode ser processada novamente pelo mesmo fato**.
- Um mesmo fato não pode ser considerado para fixação da pena **mais de uma vez**.

Princípio da Culpabilidade

Estabelece que a pena só pode ser imposta a **quem, agindo com dolo ou culpa**, e merecendo juízo de reprovação, **cometeu um fato típico e antijurídico**.

Princípio da Isonomia

Deve-se tratar de forma igual o que é igual, e desigualmente o que é desigual. A isonomia substancial é garantida pela norma penal.

Princípio da Individualização da Pena

Conforme **PRADO**¹, a pena deve estar proporcionada ou adequada à **intensidade ou magnitude da lesão ao bem jurídico** representada pelo delito e a medida de segurança a periculosidade criminal do agente.

CF/88, Art.5º, XLVI - a lei regulará a **individualização da pena** e adotará, entre outras, as **seguintes**:

- privação ou restrição da liberdade;**
- perda de bens;**
- multa;**
- prestação social alternativa;**
- suspensão ou interdição de direitos;**

- Este princípio possui **três fases correlacionadas**:

* **Legislativa**: Criação de **penas** e cominação de **punições proporcionais** à gravidade dos crimes. (**Fase Abstrata**)

* **Judicial**: **Análise da pena**, pelo juiz, em relação ao **caso concreto**. (**Fase Concreta**)

* **Administrativa**: É a fase da **execução da pena**, momento em que o condenado será **classificado**, segundo os seus **antecedentes e personalidade**, para **orientar a individualização da execução penal**.

CF/88, Art. 5º, XLVIII - a **pena** será cumprida em **estabelecimentos distintos**, de acordo com a **natureza do delito, a idade e o sexo** do apenado;

Fonte¹: PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro, volume 1: parte geral, arts. 1º a 120. 6. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: RT, 2006. p. 141.

Princípio da Intranscendência da Pena ou Responsabilidade Pessoal ou Pessoalidade

- CF/88, Art.5º XLV - **nenhuma pena passará da pessoa do condenado**, podendo a obrigação de **reparar o dano** e a decretação do **perdimento de bens** serem, nos termos da lei, estendidas aos **sucessores** e contra eles executadas, **até o limite do valor do patrimônio transferido**.

- A **multa não é considerada** uma vinculação a reparação do **dano**, pois **não é direcionada à vítima**. Caso o **infrator morra**, a **punibilidade é extinta**.

Princípio da Alternatividade

Estabelece que os crimes de **conteúdo múltiplo**, que, se em um **mesmo contexto**, o agente realizar ação correspondente a **mais de um dos verbos do núcleo do tipo penal**, ele só deverá responder por **um único delito**.

Tipo Misto Alternativo

É quando a lei estabelece uma **série de condutas**, das quais o indivíduo que praticar **qualquer uma delas** ou **concorrer para a prática de mais de uma das condutas elencadas**, no mesmo contexto fático,

ensejará em **crime único**.

Ex: Crime de Tráfico de drogas, Art. 33 da Lei 11.343/06.

Tipo Misto Cumulativo

É quando a lei estabelece **certas condutas** que, quando praticadas de **forma sucessiva**, mesmo estando no **contexto fático**, ensejará em **concurso material de crimes**.

Ex: Crime de Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho ou boicotagem, Art. 198 do Código Penal.

Princípio da Limitação das Penas ou da Humanidade

Assegura o respeito à **integridade física e moral** do **preso** na medida em que motiva a **vedação** constitucional de **pena de morte e de prisão perpétua**.

- CF/88, Art. 5º, XLVII - **não haverá penas**:

- de **morte**, salvo em caso de **guerra declarada**, nos termos do art. 84, XIX;
- de **caráter perpétuo**;
- de **trabalhos forçados**;
- de **banimento**;
- cruéis**;

- A prisão perpétua é **inadmissível** no Brasil, sendo considerada **Cláusula Pétreia**.

Princípio da Presunção de Inocência ou Presunção de Não Culpabilidade ou Do Estado de Inocência

- CF/88, Art.5, LVII - **ninguém** será considerado **culpado até o trânsito em julgado** de sentença penal condenatória;

- Enquanto não existir uma sentença criminal condenatória **irrecorrível**, **não é possível** o acusado ser considerado **culpado**.

- O princípio da presunção de inocência possui **ordem constitucional** devendo as normas infraconstitucionais respeitá-lo.

- O **réu** não precisa produzir prova **contra sua própria pessoa**.

Princípio do In Dubio Pro Reu ou Favor Rei

Quando o caso em questão apresentar eventual dúvida relevante, deve interpretar sempre em favor do acusado. Isso porque a garantia da liberdade deve prevalecer sobre a pretensão punitiva do Estado.

Princípio da Taxatividade da Lei Penal

A lei deve estabelecer **de forma precisa** o ato que está sendo **criminalizado**. Esse princípio é um dos **corolários** do princípio da **legalidade**, estabelecendo que **não é possível a lei estabelecer incriminações vagas ou genéricas**. Tal princípio **não impede** os tipos penais em **branco**.

Normas Penais em Branco

São normas que **dependem de outra norma** para que ocorra sua **aplicação**.

Não afetam o princípio da reserva legal.

- As normas penais em branco são **divididas** pela doutrina em:

* **Homogêneas/Sentido Amplo/Imprópria**;

* **Heterogêneas/Sentido Estrito/Própria**.

Homogêneas/Sentido Amplo/Imprópria

A **complementação da norma** é feita pelo **mesmo órgão** que produziu a **norma penal em branco**. O complemento da norma **é outra lei**, ou seja, o complemento **tem a mesma origem e mesma natureza jurídica** da lei penal a ser complementada.

Heterogêneas/Sentido Estrito/Própria

A complementação da norma é realizada por **órgão diverso** do que produziu a norma penal em branco. A norma penal e seu complemento estão em **diploma legais diversos**.

STF/HC 94.655/MT

I - Esta Corte já assentou entendimento no sentido de que **não viola** o princípio da individualização da pena a **fixação da mesma pena-base para corréus** se as circunstâncias judiciais **são comuns**. Precedentes.

II - De acordo com a jurisprudência desta Corte, **somente em situações excepcionais** é que se admite o **reexame** dos fundamentos da **dosimetria** levada a efeito pelo juiz a partir do **sistema trifásico**, o que não

se verifica no caso sob exame.

STF/ HC 107.840 MC

O princípio da **proporcionalidade** fundamenta a **declaração de inconstitucionalidade** de parte do art. 44 da Lei Antidrogas, que **veda** a concessão de **liberdade provisória** em crimes relacionados às **drogas**.

STF/HC 126.195/MG

A **existência de condenação transitada em julgado** por fatos posteriores ao delito objeto da ação penal **não servem** para caracterizar **maus antecedentes, tampouco reincidência**.

STF/ADCs 43, 44 e 54

O **STF** decidiu em sua maioria (6x5) que o **cumprimento da pena** apenas terá começo **após o esgotamento de todos os recursos** (trânsito em julgado), **não sendo mais possível** a prisão em condenação após **segunda instância**.

STJ/Súmula 444

É **vedada** a utilização de **inquéritos policiais** e **ações penais em curso** para **agravar a pena-base**.

STJ/Súmula 502

Presentes a **materialidade** e a **autoria**, afigura-se **típica**, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º (**Violação de direito autoral**), do CP, a conduta de expor à venda **CDs e DVDs piratas**.

STJ/RHC 40.316 SP

É **prescindível à consumação do delito de embriaguez ao volante** a prova da produção de perigo concreto à segurança pública, **bastando a prova da embriaguez**, por se tratar de delito de **perigo abstrato**.

Princípios do direito penal explícitos na CF/88

Legalidade ou Reserva Legal;
Anterioridade;
Retroatividade da lei penal mais benéfica;
Dignidade da pessoa humana;
Devido processo Legal;
Proibição de prova ilícita;
Juiz e Promotor natural;
Contraditório e ampla defesa;
Presunção de Inocência;
Celeridade e razoável duração do processo;
Personalidade ou da responsabilidade pessoal;
Individualização da pena;
Humanidade.

Princípios do direito penal implícitos na CF/88

Proporcionalidade;
Razoabilidade;
Duplo grau de jurisdição;
Intervenção Mínima ou Subsidiariedade;
Fragmentariedade;
Lesividade ou Ofensividade;
Taxatividade Penal ou da Determinação;
Adequação dos meios aos fins;
Proibição do Excesso;
Culpabilidade ou da Responsabilidade Subjetiva;
Adequação social;
Insignificância ou da Bagatela.

Direito Penal do Fato

Consiste na punição do indivíduo devido aos seus **atos praticados** que levaram a cometer a infração penal. Para a **caracterizar o crime**, o código penal adotou a **teoria do Direito Penal do fato**, pois o indivíduo só poderá responder por um crime se comprovado cabalmente que praticou a conduta que lhe foi tipificada.

Direito Penal do Autor

Leva em consideração as **características pessoais** (personalidade, estilo de vida) do indivíduo mais do que a própria conduta do crime.

A depender da **personalidade e histórico** do autor é possível que a pena possa ser **aumentada ou reduzida** a depender dos seus pontos positivos e negativos.

Para a **aplicação, espécie e regime de cumprimento da pena**, entre outros, o CP adotou o **direito penal do autor**.

CP/40. Art. 59. O juiz, atendendo à **culpabilidade**, aos **antecedentes**, à **conduta social**, à **personalidade do agente**, aos **motivos**, às **circunstâncias e consequências** do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

Direito Penal do Inimigo

Consiste na aplicação da pena ao infrator, **severamente, sem dó, não levando em consideração a proporcionalidade da sanção** em relação ao crime, além de procurar **relativizar ou suprimir** garantias processuais.

Criminalização

Primária	Trata-se da criação da lei penal pelo poder legislativo . Tem como características a igualdade e a abstração , uma vez que a lei penal é genérica e a todos dirigida , não existindo pessoas determinadas para a sua aplicação.
Secundária	Consiste na atuação do Estado por meio da polícia judiciária, na aplicação da lei penal, no caso concreto, atingindo grupos e pessoas que cometeram algum delito. Nesse caso a lei penal se direciona a um determinado grupo de pessoas ou a um indivíduo com a finalidade de investigar, prender, judicializar, condenar e encarcerar.
Terciária	Trata-se da fase do regime de cumprimento de pena . Aqui o indivíduo já foi condenado e está cumprindo sua pena com uma margem de direitos bem inferior ao cidadão comum.

Garantismo Penal

Criador: Luigi Ferrajoli.

Trata-se de uma teoria que procura **minimizar a intervenção punitiva do Estado** e fazer com que este **garanta, ao máximo, as liberdades individuais**.